

MOÇÃO A

JUNTAR FORÇAS PELO EMPREGO E CONTRA A BANCARROTA

lista.a@bloco.org

Sem ruptura com as orientações que o país vem seguindo - e o BE propô-la com a Moção de Censura -, os próximos anos prometem mais especulação contra a dívida soberana e maior pressão contra a vida social.

Este horizonte não é uma fatalidade. Com luta, o país pode vencer a chantagem dos mercados financeiros. As poderosas manifestações de 12 de Março abriram um período de intensa resistência popular. A força dessa convocação mostra, contudo, que a esquerda está obrigada a fazer mais e melhor para mobilizar a aliança social e inter-geracional que se deve formar pelo emprego e contra a recessão.

Aberto aos sinais, disposto a aprender e comprometido com as aspirações populares, o BE é a principal força de que a esquerda precisa para construir uma alternativa à regressão social. Disputaremos as próximas eleições em nome de uma urgência: Portugal precisa de uma política de esquerda e de um governo de esquerda. É possível vencer.

1. A PRECARIZAÇÃO É A CHAVE DA QUESTÃO SOCIAL

1.1. Portugal esteve em recessão em 2009 e volta a ela em 2011, com mais de 700 mil desempregados. Os **desempregados** – desempregados e empregados a recibo verde, a prazo e temporários – são quase metade dos trabalhadores do país e boa parte deles são jovens e qualificados. O país abandona as jovens gerações.

1.2. A recessão tem sido apresentada como o “emagrecimento” de que a economia precisaria para se relançar. Mas a recessão ataca a economia e favorece a transferência de rendimentos do Trabalho para o Capital, reduzindo o **salário directo e o salário indirecto** (mais custos na saúde, educação e transportes e cortes nos apoios sociais).

1.3. A austeridade impõe o medo nas relações de trabalho, generaliza a precariedade e os contratos atípicos, ameaça a contratação colectiva e embaratece os despedimentos.

1.4. O precariado partilha com o movimento laboral organizado a chave da resposta social à crise económica. A sua mobilização é decisiva para a criação de um movimento popular que enfrente a recessão com a alternativa social do pleno emprego.

2. A DÍVIDA É A CHAVE DA QUESTÃO POLÍTICA

2.1. O agravamento da **crise da dívida soberana** tem duas razões imediatas: o défice provocado pela nacionalização de prejuízos da banca e o peso enorme da dívida externa. O problema estrutural da economia portuguesa agravou-se na última década: um crescimento medíocre e a acentuação da desigualdade criaram um ciclo de regressão social.

2.2. A dívida externa total é de cerca de mais de **400 mil milhões de euros**. Desta, a maior parte é privada. Os juros extorsionários asseguram rendas sem risco para o capital financeiro. A banca portuguesa, que

detém um terço da dívida recente, é uma das suas grandes beneficiárias.

2.3. Existe ainda outra dívida igualmente abusiva: **as parcerias público-privadas**, que garantem contratos de 50 mil milhões durante décadas. Estas PPP resultam da corrupção legal do Estado, assegurando concessões cujo juro chega a duplicar o da dívida pública. Têm de ser renegociadas.

2.4. A dívida reforça um **mecanismo fundamental de acumulação de capital**: o povo paga impostos que servem para pagar aos bancos (alemães, franceses, espanhóis e portugueses) que detêm créditos de dívida soberana iguais ao PIB nacional. Esta é uma expropriação violenta: desde 2005, foram pagos mais de 20 mil milhões de euros apenas pelo efeito de bola de neve da dívida. Esta dívida não é suportável e deve ser auditada e reestruturada para baixar os juros.

2.5. O aumento do **défice do Estado** não se compreende sem os efeitos devastadores que a crise financeira teve sobre a economia nacional. Mas a dimensão externa não explica tudo. É inaceitável que o défice seja também o resultado do apoio à finança e da isenção fiscal sobre os dividendos no fim de 2010, de benefícios no offshore da Madeira e da continuada desigualdade na tributação entre capital e trabalho.

2.6. O acordo entre o governo e o PSD para a **privatização** de mais 18 empresas, incluindo monopólios naturais e partes de empresas estratégicas, gera défices maiores no futuro e fragiliza serviços públicos.

2.7. O BE não aceita o círculo vicioso da recessão. **Romper o ciclo do endividamento é parar com a transferência do dinheiro dos nossos impostos para os especuladores** e derrotar a política que transforma dívida privada em dívida pública. A solução para a economia é o pleno emprego e a justiça social.

3. A UE ENTRE DESAGREGAÇÃO E REFUNDAÇÃO

3.1. A UE reagiu à crise financeira investindo inves-

tiu 11% do PIB europeu no salvamento dos bancos e só 2% nas economias. **A recessão foi o resultado de desregulamentação e privatizações nos mercados financeiros**, à qual se seguiram escolhas erradas e com claro sentido de classe. Bruxelas e os governos responderam por 8 milhões de novos desempregados e por um aumento da pobreza sem paralelo desde o fim da 2ª Guerra.

3.2. **A crise entrou numa nova fase, a das dívidas soberanas.** Esta mutação ocorreu porque o socorro aos bancos foi uma operação de transformação de dívidas privadas em dívida pública. É aos povos que é exigido o pagamento das dívidas contraídas pelos bancos.

3.3. Esta crise, que ataca as economias periféricas da UE, é a ponta do iceberg da **crise do euro**. O euro foi criado sem mecanismos de compensação orçamental para as grandes diferenças de poder económico entre os países aderentes. Esta orientação mantém-se inalterada, apesar de a crise estar a revelar a consequência mais dramática: a divergência entre economias com excedentes e défices externos não cessa de aumentar.

3.4. As actuais orientações em matéria de política monetária e de coordenação orçamental – em particular os mecanismos de sanções por défice excessivo, que agravam os problemas que dizem querer resolver – enterram a ideia de coesão e convergência social no espaço europeu. Por outro lado, a atitude subalterna dos governos dos países periféricos não fere apenas noções de dignidade nacional, é também irresponsável à luz da factura social imposta aos respectivos povos.

3.5. Com meses de atraso, a UE reagiu às dificuldades da **Grécia** e da **Irlanda**. A factura imposta à Grécia está a provocar uma recessão grave, sem que os juros ou a dívida tenham diminuído. Com a Irlanda, a UE usou, pela primeira vez, o fundo associado ao FMI, que cobra 3% acima do que o BCE empresta à Roménia ou à Hungria. Mas, principalmente, o empréstimo tem contrapartidas draconianas no plano dos salários, enquanto protege o dumping fiscal irlandês. A intervenção do fundo europeu e do FMI é assim consistente com a chantagem de Merkel contra as economias periféricas,

que visa, sobretudo, garantir o reembolso dos maiores bancos que especularam contra as dívidas nacionais.

3.6. Portugal agora, e depois Espanha e Itália, encontram-se sob ameaça destes planos. **O prosseguimento desta política coloca em causa o próprio euro** e, em última instância, a economia alemã e europeia.

3.7. Perante estas dificuldades, o BE de Esquerda **recusa a resposta nacionalista de saída do euro**. Hoje, a sua única consequência seria uma depressão prolongada sem alternativas reais de autonomia em relação aos mercados financeiros, acentuando a queda do salário e das pensões sem redução da dependência.

3.8. A alternativa exige a articulação entre o plano europeu e o nacional: o Pacto de Estabilidade deve ser substituído por um **Acordo para o Emprego**; a coordenação assente em sanções deve dar lugar a uma cooperação que coloque o investimento público fora do cálculo do défice e que apoie a economia contra a especulação, através da emissão de *eurobonds* e da política monetária para suportar as dívidas soberanas; e o mecanismo de financiamento de que a União precisa é de um orçamento apoiado na taxação das transacções financeiras.

3.9. A União só sobreviverá enquanto espaço económico e político se for capaz de se **refundar** como democracia assente na solidariedade, na convergência social, na sustentabilidade ambiental e na paz.

3.10. A UE deve recusar as ambições militaristas e imperialistas como as que a NATO continua a consubstanciar, e Portugal deve excluir-se dessa aliança militarista e retirar as suas tropas do Afeganistão.

4. UM MUNDO DE MUDANÇAS BRUSCAS

4.1. A recessão mundial tornou evidente a actuação do liberalismo, com a exposição de graves escândalos bancários e o recurso desesperado à intervenção da mão visível do Estado para socializar as perdas financeiras. O colapso da Islândia ou da Irlanda demons-

tram a falência do modelo e da teoria liberal.

4.2. **A liberdade ilimitada de circulação de capitais** é a principal fonte de desigualdade e de crises no mundo. Desde a grande recessão de 1973-4, a economia mundial conheceu **uma viragem e entrou num longo período de recessões frequentes**. A desregulamentação desde os anos 80 aumentou a financeirização do capitalismo e a sua alavancagem, acentuando a instabilidade e especulação. Por isso, conhecemos um longo período de crescimento medíocre no primeiro mundo, com o reforço do poder da finança e, finalmente, com a deslocalização dos principais centros de produção.

4.3. A presente crise revelou os limites do ciclo da hegemonia económica da tríade EUA-UE-Japão. Entrámos na era de **globalização de geometria variável**, com a emergência dos países sub-continentais, como a China, Índia, Brasil, África do Sul e Rússia. De facto, a última crise foi amortecida pelo crescimento destes espaços económicos, o que evitou quebras ainda piores nas exportações, em especial da Alemanha.

A perda de importância da Europa e do Japão contrasta com a relação de **competição e parceria privilegiada entre os EUA e a China**. Este quadro acentua as tendências de desagregação na União e na própria zona euro.

4.4. Na **América Latina** houve Estados que impuseram renegociações da dívida externa. A economia da região, em geral, resistiu à recessão mundial.

4.5. O mesmo não aconteceu no sul do Mediterrâneo e no mundo árabe, onde a crise multiplicou os apetites das elites governantes, agravando a extorsão sobre as populações. A questão social fundou a revolta popular e esta a revolução em nome da aspiração democrática contra os regimes autoritários.

Esta revolução por contágio terá desenvolvimentos distintos de país para país e **exige a rejeição de intervenções militares imperiais**, e o triunfo da democra-

cia acentuará o declínio do poder de Israel e dos EUA na região. A Europa pode acompanhar essa perda de influência com fidelidade atlântica, ou contrariá-la propondo um contrato mediterrânico para os Direitos Humanos e a integração com projectos sociais, económicos e ambientais.

4.6. O **capitalismo revelou-se tóxico**, tanto nas relações sociais que destroem milhões de trabalhadores, quanto na relação predatória com a natureza que destrói a sustentabilidade do planeta, quanto na desigualdade que cria no mundo. O socialismo é a política da igualdade e da responsabilidade.

5. A LUTA CONTRA A DIREITA

5.1. É sobre a experiência da população que se disputa a hegemonia das ideias na sociedade. Se a precarização continuar a generalizar-se, se for desagregada a acção colectiva e sindical, se a credibilidade dos serviços públicos for degradada e se a desigualdade fiscal entre trabalho e capital ficar protegida, então a direita terá ganho. Mas é aí mesmo que pode ser vencida a batalha: **se as políticas de direita querem desmantelar o Estado social, a esquerda quer desenvolvê-lo**. A política da recessão quer impor, nesta segunda década do século, um tempo de **empobrecimento** dos trabalhadores, marginalização dos pobres e ilegalização dos imigrantes, desarticulando as funções sociais do Estado. O confronto é ideológico porque é político e decide-se entre a privatização e a socialização dos bens essenciais para a vida e para a democracia.

5.2. Da capacidade redistributiva do Estado dependem por isso os serviços públicos e não apenas a justiça nos impostos. Nos últimos anos, a crise foi paga pelos que perderam os seus empregos, os salários e direitos na prestação de serviços. Ante a crise, não houve qualquer "divisão de sacrifícios". Essa repartição nunca tocou no capital financeiro. O BE insiste: **é hora de a crise começar a ser paga pelos seus causadores**. Temos uma finança viciada em especulação e offshores, habituada a colocar o Estado ao seu serviço através de parcerias, privatizações e vantagens fiscais. É ela que deve pagar.

5.3. A terceira vertente na luta de ideias a que o BE deve dar atenção é a que se reflecte no **crescimento do populismo e do autoritarismo**. Na Europa, este fenómeno centra-se na exploração do egoísmo social e expressa-se em partidos de nova direita e de extrema-direita com força eleitoral. Em Portugal, a atracção por propostas contra a política tem crescido, mas não se cristalizou numa forma específica. Essa atracção resulta do fracasso da própria política enquanto exercício do poder e como resposta às dificuldades que as pessoas enfrentam.

5.4. O populismo e o autoritarismo crescem sempre que os governos agravam a crise social e abdicam do **combate à corrupção**. Mas o populismo também cresce se responsáveis políticos defendem propostas para a redução do número de deputados, seja para afastar as oposições, seja para ganhar votos fáceis através de discursos uniformizadores sobre as escolhas em democracia. Valorizando a luta política como forma de emancipação, o BE disputa à "anti-política" o espaço que esta conquistou em sectores populares castigados pela crise social. O BE não desiste do povo que se abstém e descrê, nem o abandona a putativas aventuras políticas. E damos o exemplo: com clareza e responsabilidade, combatemos, na Europa e em Portugal, as vantagens e benesses que degradam a imagem da política aos olhos dos cidadãos.

5.5. A resposta à recessão não é o nacionalismo nem o populismo autoritário, mas sim **a estratégia social para uma economia com pleno emprego**. Não é o recuo, mas sim a luta contra a precarização da vida social. Não é o fechamento, é a cooperação europeia na luta social.

6. A POLÍTICA DO SOCIALISMO

6.1. O problema de Portugal é a sua burguesia. O objectivo do socialismo é derrotar os donos de Portugal.

6.2. Ao longo de todo o século XX, **o Estado construiu a classe dominante**, financiando a acumulação de ca-

pital, assegurando a exploração do trabalho barato, mantendo as colónias e as suas matérias-primas e, alguns anos depois do 25 de Abril, garantindo a sua reconstituição com as privatizações que desenharam os principais grupos económicos actuais. Duas centenas de multimilionários, financeiros e beneficiários dos contratos do Estado, são os principais ganhadores desta protecção. O grupo Espírito Santo é hoje o mais poderoso tentáculo deste polvo de interesses.

6.3. **Este poder vive do privilégio** e estende os confrontos de classes a todos os domínios: o fisco cobra cinco vezes mais impostos sobre o trabalhador e o consumidor do que sobre os lucros; a política de habitação favorece o endividamento e transforma os bancos nos verdadeiros senhorios do país; retiram-se apoios sociais à pobreza, enquanto se nacionalizam os prejuízos dos colapsos financeiros.

6.4. Os partidos de direita, PSD e CDS, são representantes políticos deste regime. Eles são portadores de um programa de privatização radical da economia portuguesa. A direita quer submeter à lei do mercado as despesas em educação e saúde e a segurança social que, no seu conjunto, representam 30% do PIB. É um vastíssimo programa de entrega das necessidades vitais do país aos grupos económicos em domínios de garantida rentabilidade.

6.5. Nos últimos dois anos, **a hegemonia ideológica conservadora na sociedade portuguesa sofreu algumas derrotas**. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi das mais importantes, afirmando o respeito pelas escolhas das pessoas contra preconceitos discriminatórios, apesar da restrição ainda mantida contra o seu direito de se candidatar à adopção. Também as leis da paridade, do divórcio e do registo da identidade de género acentuam essa cultura de respeito.

6.6. O PS é um partido convertido ao liberalismo e uma máquina tecnocrática de exercício do poder, apesar dos apoios sociais contraditórios que congrega. Perante a crise da dívida, reforçou-se o peso da estratégia liberal. A direcção do PS quer manter o seu

papel no rotativismo que governa o país há 35 anos, com uma política que impõe o aumento de impostos, o corte generalizado de apoios sociais e a facilitação dos despedimentos. Esta política tem um objectivo estratégico coincidente com o da direita: assegurar a transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

6.7. O BE rejeita todas as ilusões sobre uma aliança com um "outro PS" que não existe. Há vozes de esquerda no PS, mas este é um partido que há muito vem sacrificando o socialismo e mesmo a tradição social-democrata europeia no altar da "3ª via" das políticas liberais e, por isso, confrontamos o PS e a sua base eleitoral com a falência do seu programa político. **Só a ruptura com o caminho das políticas liberais e a consequente mudança do mapa político do país é que permitirá abrir caminho a uma política de esquerda.**

6.8. O PCP representa uma parte da história e da organização do movimento operário português. Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto.

6.9. Entre o BE e o PCP existem diferenças assinaláveis. Na **política unitária**, o BE considera que a luta social não pode desistir do objectivo da vitória, e para isso exige aproximação de esquerdas com ideias diferentes. Nenhum partido minoritário será capaz por si só de aplicar uma política socialista. Todos os contributos para a unidade são caminhos para a maioria. Na **ideologia**, para o BE o socialismo é a garantia do fim da exploração e, portanto, da democracia económica e política, o que exclui a censura e afirma o pluripartidarismo e os direitos sindicais e outros. Assinalamos, neste contexto, que o PCP não se distancia do regime do PC Chinês e de outros regimes repressivos.

7. JUNTAR FORÇAS NA ESQUERDA

7.1. O eixo da política nacional é **o acordo de regime entre PS e PSD**, sucessivamente expresso no conti-

nismo das políticas económicas, nas revisões constitucionais, na organização do poder, na UE e na Nato. A proposta de um **governo PSD-PS-CDS** nasce desta crise de regime. A esquerda socialista quer substituir este eixo por outro que represente **uma maioria pela justiça económica**, o que exige uma política contra a recessão.

7.2. **O centro da actuação do BE é a luta pelos serviços públicos** e contra a política da bancarrota. É nesse terreno, onde é maior a capacidade de mobilização popular, que se podem procurar alianças e alternativas para a política socialista.

7.3. O BE apresentou uma **moção de censura** quando o governo apresentou na concertação social medidas para facilitar o despedimento. Fizemo-lo apresentando alternativas concretas para combater o desemprego e a precariedade, quando tantos jovens se erguiam contra a resignação.

7.4. Essa extraordinária mobilização demonstra ser **possível construir uma aliança social que dispute a maioria para a mudança nos rumos do país**. Embora este "movimento em constituição" não esteja isento de contradições, ele enfrentou com sucesso a influência que os discursos conservadores exercem sobre uma parte do povo. A resposta à precariedade como "inevitabilidade" foi dada nas ruas, em grande escala.

7.5. **Os sindicatos e a esquerda precisam de aprender com a capacidade inventiva e dinâmica democrática reveladas nas manifestações de 12 Março**. Em particular, os sindicatos têm de dar voz às multifacetadas formas de precariedade no trabalho. Esta perspectiva não se opõe, antes se insere na dinâmica de luta social que teve na Greve Geral de 24 Novembro um ponto alto em defesa dos salários e das pensões.

7.6. Os activistas do BE estiveram com a mesma alegria na Greve e no 12 Março, porque são justas as reivindicações e porque o nosso entendimento da democracia é combativo, participado e emancipatório. A formação de alianças sociais que polarizem à esquerda as escolhas políticas é válida nos terrenos

das disputas concretas, contra cortes salariais, regras laborais ou degradação das pensões, como na luta global contra a recessão.

7.7. O BE defende uma **aliança social incluindo os trabalhadores e os pequenos agricultores**. Ao longo dos últimos 10 anos, um terço dos trabalhadores abandonou a agricultura. Abandono, envelhecimento e pobreza são as consequências desta decadência. O êxodo do interior não conseguirá ser travado apenas com políticas agrícolas. Mas sem uma política que promova a **soberania alimentar e o acesso à terra**, a substituição de importações, preços justos à produção e protecção ambiental, os mercados locais e o fomento do sector cooperativo, não se conseguirá travar a desertificação rural. O BE defende uma revisão da PAC tendo o emprego, a diversificação da produção e o ambiente como principais critérios, e defende a recuperação das pescas.

7.8. **Contra o rentismo dos grandes grupos, o BE afirma a necessidade de uma política industrial que privilegie os sectores produtivos**. Só assim se pode assegurar uma **mudança estrutural da economia portuguesa**, que é a chave para a criação de emprego qualificado.

7.9. O BE tem dado expressão política às reivindicações do **mundo da cultura**. A fragilização das estruturas públicas de criação e difusão cultural agravam o processo de perda de pluralidade no país. Defendemos serviços públicos para o acesso à cultura em todo o território, através do apoio à criação e difusão locais do direito ao usufruto do património e instrumentos de mediação que promovam o acesso à cultura, da presença das artes na escola, ou do aprofundamento do serviço público de rádio e TV e da recusa da concentração da comunicação social ou da privatização da RTP.

7.10. O BE propõe uma **reforma da justiça**, como serviço público essencial que torne efectivo o acesso dos cidadãos, melhorando a justiça laboral e a garantia do reconhecimento, em tempo útil, dos direitos de todos, incluindo a criação de um regime de Defensor

Público no processo penal.

8. UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA

8.1. O BE intervirá no combate à recessão com uma alternativa concreta que demonstre como deve actuar um governo que recuse o horror económico. Essa resposta assenta nas seguintes prioridades:

1. **Um plano de urgência de criação de empregos** na extensão dos serviços e no investimento público, na reabilitação urbana, nas redes de transportes de proximidade, no **apoio à 3ª idade**, num **programa de reconversão, de conservação e de eficiência energética nacional**, com a integração dos falsos recibos verdes e contratos a prazo.
2. **Combater o défice orçamental com uma reforma fiscal profunda**: um imposto sobre o património e as grandes fortunas, fim dos benefícios injustificados, tributação da banca, fim dos offshores, imposto sobre mais-valias urbanísticas.
3. **Ação da Banca pública** para financiar o investimento e controlar os juros que estrangulam a criação de emprego e a produção.
4. **Refundar a segurança social pública**: alargar o financiamento, convergência das pensões baixas, **instituição do pagamento único contratual** para as prestações não contributivas; criação de um **complemento para a população rural pobre** a partir dos 50 anos.
5. **Aumentar a produção alimentar**, recuperar as pescas, promover contratos mais justos entre agricultores e distribuição, criação do banco de terras e defesa de um regime de financiamento de longo prazo para socorro das explorações agrícolas, dirigido à execução do ProDeR e à reconversão das unidades.
6. **Contra a corrupção**, acesso fiscal às contas bancárias e punição do enriquecimento injustificado.
7. **SNS e escola pública** como garantes da democracia.

8.2. O BE defende uma política que vença a recessão e que dê corpo a uma **governança de esquerda**. O BE é totalmente claro sobre as políticas a seguir: **só haverá uma nova maioria para uma política de esquerda se romper com a política da austeridade em nome**

da justiça económica.

O BE **nunca fará parte de uma maioria que defenda a redução de salários**, a privatização de serviços públicos e de empresas estratégicas para a economia. **Disputamos as eleições em nome de uma política socialista** para o emprego e para o pagamento da dívida social aos pobres, para enfrentar a chantagem financeira e a recessão.

8.3. Em toda a sua actividade, o BE procurou a **convergência** com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas

9. O BE PARA AS LUTAS TODAS

9.1. O BE é a **esquerda popular** que, comprometida com o activismo social, luta pelo socialismo, que é programa e movimento emancipatório. Esse é o combate mais difícil: responder à crise de civilização e à política do FMI, reconstruindo os movimentos sociais. Deste combate pela hegemonia depende o avanço na solução da crise de direcção para a esquerda e para o país.

9.2. O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como objectivo ser um **partido de massas para a luta emancipatória** de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista. Mas, para a construção do BE como uma alternativa política para todos os que querem combater o desemprego, a precariedade, a exploração capitalista e a opressão, é fundamental mobilizar muitos mais trabalhadores efectivos e precários, jovens, imigrantes, activistas feministas, LGBT e outros.

9.3. O BE tem limitações organizativas e políticas: a representatividade local das concelhias é desigual, a intervenção na juventude está longe de ocupar o espaço da influência do BE, a nossa acção é ainda

insuficiente nos movimentos sociais e a **criação de uma nova cultura de ideias mobilizadoras à esquerda está no seu início** – apesar de ser decisiva para o sucesso ou o insucesso do projecto socialista protagonizado pelo BE.

9.4. Desde a última Convenção o **BE cresceu**, reforçou a sua intervenção nacional e apresentou-se em **três eleições**, obtendo 11% (europeias), 10% (legislativas) mas entre 3,1% (CM, AF) e 4,3% (AM), aquém do objectivo. Esta última eleição reforçou a acção de organizações locais, mas esse trabalho encontra-se ainda no início e exige uma **reflexão** profunda, até porque a estruturação local se encontra muito virada para a intervenção autárquica.

9.5. Recusando a tradição de imposição de correias de transmissão nos movimentos sociais, o BE estimula a participação política dos que constituem **redes de intervenção social**, determinantes para o seu alargamento como partido de massas. E isso exige mais organização nas disputas políticas e sociais. Exige que mais activistas se candidatem a **dirigentes, delegados sindicais ou a CTs**. Exige que os activistas de uma empresa ou de um sector se encontrem para escolher as melhores formas de acção colectiva. Exige que os activistas dos movimentos sociais reflectam sobre a sua acção e, dentro do partido, sobre a sua experiência e coordenação. O BE respeita a autonomia dos activistas nos movimentos sociais e quer aprender com eles.

9.5.1. Os **jovens estudantes** devem estender a sua intervenção em mais escolas do país, mantendo a organização de uma Conferência nacional.

9.5.2. As organizações distritais do BE devem apoiar a formação de grupos de trabalho para produzirem reflexão, debate interno e participação nos movimentos feministas e outros.

9.5.3. O BE deve acompanhar as situações de maior relevância para o combate **internacionalista**, como na Palestina e Médio Oriente, mas também no Mundo Árabe, na América Latina ou em África, apoiando estruturas de solidariedade permanente. Ao nível distri-

tal devem realizar-se actividades de mobilização para responder às tarefas imediatas da solidariedade.

9.5.4. À coordenação nacional do sector de **Trabalho** devem corresponder estruturas distritais que promovam a participação e reflexão dos activistas do mundo do trabalho, para potenciar a auto-organização congregadora de precários e não-precários em plataformas mobilizadoras.

9.5.5. As **conferências nacionais temáticas** continuarão a ser um instrumento de debate e criação de políticas. O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas.

9.6. Para avançar, o BE precisa de juntar as e os protagonistas da luta social. Mas, para isso, precisa de ter mais capacidade de acção local, através dos seus autarcas, dos colectivos concelhios, distritais e regionais, da sua intervenção para os jovens e promove as **agendas locais das organizações regionais, distritais e concelhias**, que tomam decisões sobre as suas prioridades e sobre a actividade dos eleitos locais.

9.7. O BE comprometeu-se desde a sua fundação com uma **nova cultura de organização**, que é uma questão de política, de acção e de comunicação. Não reprodu-

zimos modelos autoritários que assentam numa direcção que controle e subordine cada passo dos seus activistas, do mesmo modo que recusamos o modelo de partido amorfo sob a direcção efectiva da elite no governo. Mas sabemos que essa nova cultura de funcionamento não é uma questão de estatutos, mas de praxis, e que estamos aquém das necessidades e da vontade.

Só um **movimento com muitos milhares de activistas e dirigentes**, capazes de animar uma campanha, de se candidatar a uma eleição, de organizar uma luta social, de apresentar proposta política, de estimular uma direcção colectiva a todos os níveis, só com essa força será possível construir um partido de massas.

9.8. Criando **meios de comunicação e de cultura**, o BE combate a ideologia dominante, procurando muito mais do que transmitir notícias e ideias ignoradas: quer transformar as pessoas em protagonistas.

*

O BE trouxe nova força à esquerda, abriu novos debates, modificou o mapa da política. O BE tem sido energia e imaginação. Mas tem sido sobretudo o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

O BE é e será a esquerda de confiança.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO A "JUNTAR FORÇAS PELO EMPREGO E CONTRA A BANCARROTA"

Francisco Louçã, Lisboa
(da MN cessante)

Alberto Matos, Beja
(da MN cessante)

Alda Macedo, Porto
(da MN cessante)

Alda Sousa, Porto
(da MN cessante)

Ana Drago, Lisboa
(da MN cessante)

Ana Filipa Gonçalves, Lisboa
(da MN cessante)

Andrea Peniche, Porto
(da MN cessante)

António Chora, Setúbal
(da MN cessante)

Antonio Gomes Lopes,
Santarém (da MN cessante)

António Joaquim Soares da
Luz, Porto (da MN cessante)

Bruno Maia, Lisboa
(da MN cessante)

Carlos Santos, Lisboa
(da MN cessante)

Carmen Hilário, Lisboa
(da MN cessante)

Cecília Honório, Algarve
(da MN cessante)

Custódio Braga, Braga
(da MN cessante)

Dina Nunes, Lisboa
(da MN cessante)

Fernando Rosas, Setúbal
(da MN cessante)

Heitor Sousa, Leiria
(da MN cessante)

Helena Oliveira, Setúbal
(da MN cessante)

Helena Pinto, Lisboa
(da MN cessante)

João Bau, Lisboa
(da CD cessante)

João Madeira, Setúbal
(da MN cessante)

Jorge Teixeira, Viana Castelo
(da MN cessante)

João Rodrigues, Lisboa
(da MN cessante)

João Semedo, Porto
(da MN cessante)

João Teixeira Lopes, Porto
(da MN cessante)

João Vasconcelos, Faro
(da MN cessante)

Joaquim Dias, Aveiro
(da MN cessante)

Jorge Costa, Setúbal
(da MN cessante)

José Carreira, Santarém
(da MN cessante)

José Casimiro, Lisboa
(da MN cessante)

José Gusmão, Santarém
(da MN cessante)

José Manuel Pureza, Coimbra (da MN cessante)	Tiago Gillot, Lisboa (da MN cessante)	Ana Abreu, Lisboa	Oliveira, Braga
Joana Mortágua, Lisboa (da MN cessante)	Vitor Franco, Lisboa (da MN cessante)	Ana Barbara Pedrosa, Braga	António José André, Coimbra
José Maria Cardoso, Braga (da MN cessante)	Vitorino Vieira Pereira, Leiria (da CD cessante)	Ana Campos, Lisboa	António José Costa, Lisboa
José Peixoto Henriques, (da MN cessante)	Zuraida Soares, Açores (da MN cessante)	Ana Cecília Boa-Ventura, Leiria	António Lage, Lisboa
José Soeiro, Porto (da MN cessante)	Adelaide Almeida, Lisboa	Ana Cláudia Nascimento, Setúbal	António Manuel Gomes, Leiria
Luís Fazenda, Lisboa (da MN cessante)	Adelaide Lurdes Silva Oliveira, Porto	Ana Drago, Lisboa	António Meireles Magalhães Lima, Braga
Luis Leiria, Lisboa (da MN cessante)	Adelina da Conceição Roque, Portalegre	Ana Feijão, Lisboa	António Melanda, Coimbra
Luís Vale, Bragança (da MN cessante)	Adelino Coelho, Beja	Ana Filipa Isidoro, Portalegre	Antonio Miguel, Porto
Mamadou Ba, Lisboa (da MN cessante)	Adelino Domingues, Coimbra	Ana Gonçalves, Bruxelas	António Neto, Aveiro
Manuela Tavares, Setúbal (da MN cessante)	Adelino Mota, Braga	Ana Isabel Cansado, Lisboa	António Regedor, Aveiro
Margarida Santos, Lisboa (da MN cessante)	Adelino Pinto da Costa, Porto	Ana Isabel Pereira Bernardes, Leiria	António Ribeiro, Porto
Maria da Graça Pinto, Viseu (da MN cessante)	Adelino Rodrigues Cardoso, Portalegre	Ana Lucia Dias Garcia, Porto	António Ricardo, Leiria
Maria Helena Figueiredo, (da MN cessante)	Adolfo Torres, Setúbal	Ana Lúcia Massas, Setúbal	António Santos, Lisboa
Mariana Aiveca, Setúbal (da MN cessante)	Adriana Lopera, Lisboa	Ana Luísa Amaral, Porto	António Sarmento, Braga
Marisa Matias, Coimbra (da MN cessante)	Adriano Campos, Porto	Ana Luzia, Aveiro	António Silva, Braga
Miguel Portas, Lisboa (da MN cessante)	Adriano Fontes, Porto	Ana Maria Cardoso, Portalegre	António Simões, Setúbal
Miguel Reis, Lisboa (da MN cessante)	Agostinho Nuno Lopes Caturna, Porto	Ana Martins, Lisboa	António Teixeira, Porto
Moisés Ferreira, Aveiro (da MN cessante)	Aires Ventura, Coimbra	Ana Miranda, Setúbal	António Teixeira, Setúbal
Paula Nogueira, Braga (da MN cessante)	Albano Esteves Martins, Porto	Ana Palma, Lisboa	Armand Muñoz, Lisboa
Paulo José Rosa Cardoso, Portalegre (da MN cessante)	Albano Martins	Ana Paula Canotilho, Porto	Armandina Fernandes, Lisboa
Pedro Filipe Soares, Aveiro (da MN cessante)	Albertina Pena, Lisboa	Ana Paula Sequeiros, Porto	Armando António Santos, Braga
Pedro Sales, Lisboa (da MN cessante)	Alberto Matos, Beja	Ana Rita Brito, Coimbra	Armando da Costa, Porto
Pedro Soares, Braga (da MN cessante)	Alberto Sousa e Silva, Porto	Ana Rita Ribeiro, Porto	Armando Emanuel Góis, Braga
Renato Manuel Soeiro, Porto (da CD cessante)	Albino Gonçalves Barbosa Maciel, Braga	Ana Rute Marcelino, Braga	Armando Mesquita, Évora
Rita Calvário, Lisboa (da MN cessante)	Maciel, Braga	Ana Santos, Setúbal	Armindo Júlio Teixeira, Braga
Roberto Almada, Madeira (da MN cessante)	Alex Gomes, Lisboa	Ana Sartóris, Setúbal	Armindo Magalhães, Porto
Rogério Moreira, Lisboa (da MN cessante)	Alexandra Oliveira, Braga	André Antunes, Setúbal	Arnaldo Mendes Sarroeira, Leiria
Serafim Duarte, Coimbra (da MN cessante)	Alexandra Patricia das Neves Ribeiro, Porto	André Beja, Lisboa	Artur Barbosa Faria, Porto
	Alexandre Abaladas, Lisboa	André Moreira, Porto	Artur Jacinto, Lisboa
	Alexandre Cardana, Lisboa	André Pacheco Moreira, Porto	Artur Manuel Cardoso, Portalegre
	Alexandre Cunha, Leiria	André Pires, Lisboa	Artur Manuel Ramos, Porto
	Alexandre Manuel Silva Torrão, Porto	André Rei, Coimbra	Artur Ribeiro Carvalho, Porto
	Alexandre São Pedro, Portalegre	Andreia Margarida Sousa, Porto	Assunção Bacanhim, Madeira
	Alexis Antunes Pereira, Leiria	Angelina Carvalho, Porto	Augusto Taveira, Faro
	Alice Barbosa Branco Vilela, Braga	Angelo Sousa; Porto	Baltazar Buarte, Porto
	Almerinda Bento, Setúbal	Aníbal Ferra, Lisboa	Bárbara Lago de Góis, Leiria
	Álvaro Arranja, Setúbal	Aníbal Ramos, Lisboa	Bárbara Matos, Coimbra
	Álvaro Delgado, Faro	Antero Araújo Ribeiro, Porto	Beatriz Dias, Lisboa
	Amândio Fernandes, Leiria	António Abreu, Leiria	Belandina Vaz, Lisboa
	Amândio Taveira, Lisboa	António Amaro, Viseu	Belmira Ferreira, Aveiro
	Amélia Morais Pereira, Porto	António Brandão Moniz, Leiria	Bernardino Daniel, Setúbal
	Américo Manuel Santos, Santarém	António Costa, Setúbal	Bernardino Guia, Faro
		António Cruz, Aveiro	Berta Alves, Lisboa
		António Faria, Lisboa	Bruno Cabral, Lisboa
		António Fernandes, Lisboa	Bruno Candeias, Setúbal
		António Gonçalves, Porto	Bruno Góis, Castelo Branco
		António Guerreiro, Beja	Bruno Lopes, Braga
		António Jorge Costa, Braga	Bruno Martins Santos, Évora
		António Jorge de Sousa	

Bruno Silva Maia, Porto	Constantino Piçarra, Beja	Fernando Faria, Lisboa	Hugo Silva, Aveiro
Carla Constâncio, Lisboa	Cristina Marques Faria, Porto	Fernando Figueira, Lisboa	Humberto Andrade, Lisboa
Carla Cristiana Carvalho, Braga	Custódia Rocha, Braga	Fernando Gregório, Faro	Idalino Moura, Lisboa
Carla Manuela Teixeira, Braga	Daniel Bernardo, Lisboa	Fernando Leitão Correia, Faro	Ilídio Lacerda, Faro
Carla Roma, Santarém	Daniel Fernandes, Braga	Fernando Letra, Madeira	Inês Rodrigues Gonçalves, Leiria
Carlos Alberto Vieira, Santarém	Daniel Figueiredo, Lisboa	Fernando Macedo, Porto	Inês Santos Moura, Porto
Carlos Borges Sousa, Lisboa	Daniel Fonseca, Lisboa	Fernando Napoleão, Aveiro	Inês Santos, Lisboa
Carlos Cardoso, Setúbal	Daniel Monteiro, Aveiro	Fernando Pedro, Lisboa	Irina Pampim, Beja
Carlos Carujo, Lisboa	Daniela Borges, Aveiro	Fernando Poeiras, Santarém	Isabel Almeida, Castelo Branco
Carlos Carvalho, Beja	Daniela Fernandes, Viseu	Fernando Queiroz, Porto	Isabel Cardana, Lisboa
Carlos Carvalho, Porto	Daniela Melo, Lisboa	Fernando Rocha, Leiria	Isabel Cruz, Lisboa
Carlos Correia Teles, Braga	Dário Silva, Açores	Fernando Sequeira, Setúbal	Isabel Duarte, Lisboa
Carlos Couto, Viseu	David Argel, Beja	Filipa Jesus, Coimbra	Isabel Louçã, Lisboa
Carlos da Torre, Viana do Castelo	David Silva, Aveiro	Filomena Amaral, Coimbra	Isabel Pires, Lisboa
Carlos Faria, Lisboa	Delfina Vieira, Porto	Florival Cordeiro, Lisboa	Isabel Sena, Nova York
Carlos Galvão, Lisboa	Denise Faria, Castelo Branco	Francisco Alves, Lisboa	Ivar Corceiro, Aveiro
Carlos Godinho Matias, Santarém	Deolinda Martin, Lisboa	Francisco Colaço, Santarém	Ivo Emmanuel Barros, Porto
Carlos Guedes, Setúbal	Diana Neves, Lisboa	Francisco da Silva, Lisboa	Jacinto Sousa, Aveiro
Carlos Guinote, Setúbal	Diogo Barbosa, Aveiro	Francisco Monteiro da Silva, Porto	Jaime Mestre, Setúbal
Carlos Luna, Évora	Diogo Figueira, Porto	Francisco Morais, Setúbal	Jaime Pinho, Setúbal
Carlos Marecos, Santarém	Diogo Vieira, Braga	Francisco Vaz, Viana do Castelo	Jennifer Jesus, Coimbra
Carlos Oliveira, Setúbal	Domingos Novais, Porto	Frederico Pinheiro, Braga	Joana Dias, Aveiro
Carlos Pais, Aveiro	Duarte Alves, Madeira	Frederico Valsassina, Lisboa	Joana Gomes, Porto
Carlos Patrão, Lisboa	Duarte Canotilho Oliveira, Porto	Gaspar Martins Pereira, Porto	Joana Louçã, Lisboa
Carlos Pereira, Madeira	Duarte Rodrigues, Madeira	Gilberto Venâncio, Portalegre	João Alves, Setúbal
Carlos Quintas, Porto	Edgar Filipe Santos Alves, Lisboa	Gina Mateus, Beja	João Antonio Abrantes, Santarém
Carlos Ribeiro, Porto	Eduarda Faria, Setúbal	Gisela Freitas, Madeira	João Brandão, Faro
Carlos Silva, Lisboa	Eduardo Lopes, Lisboa	Gonçalo Alves, Lisboa	João Candeias, Lisboa
Carlos Solposto, Lisboa	Eduardo Silva, Aveiro	Guida Ascensão, Beja	João Carlos Louçã, Lisboa
Carlos Veiros, Aveiro	Eduardo Valdrez, Porto	Guilherme Vieira, Braga	João Catarino, Aveiro
Carlos Vieira, Viseu	Egídio Fernandes, Madeira	Gustavo Pancas, Coimbra	João Corono, Castelo Branco
Cassilda Pascoal, Coimbra	Eliana Tavares, Porto	Helder Maia, Beja	João Cosme, Coimbra
Catarina Gomes, Aveiro	Elias Jorge Oliveira Navalho, Lisboa	Hélder Monteiro, Lisboa	João Curvêlo, Lisboa
Catarina Isabel Martins, Coimbra	Eliseu Carvalho, Portalegre	Helder Pereira, Braga	João Dias, Aveiro
Catarina Moura Martins, Santarém	Eliseu Lopes, Porto	Hélder Raimundo, Faro	João Dias, Setúbal
Catarina Oliveira, Lisboa	Elsa Marques, Lisboa	Helena Oliveira, Aveiro	João Fernandes, Lisboa
Catarina Príncipe, Lisboa	Elsa Santos, Bruxelas	Helena Órfão, Braga	João Gabriel Pereira, Leiria
Catarina Soares Martins, Porto	Elsa São João, Portalegre	Henrique Cunha Vilela, Braga	João Gomes Ferro, Évora
Cipriano Pisco, Setúbal	Érica Postiço, Lisboa	Henrique Medeiros, Setúbal	João Gomes, Lisboa
Clara Vaz Pereira, Braga	Ernesto Costa, Coimbra	Henrique Mesquita Pires, Setúbal	João Lopes, Setúbal
Cláudia Cardoso, Lisboa	Ernesto Ferraz, Madeira	Hilário Martins, Braga	João Manuel Ribeiro, Braga
Cláudia Oliveira, Bruxelas	Eva Braga, Aveiro	Horácio Vitorino, Lisboa	João Mineiro, Castelo Branco
Cláudia Ribeiro, Aveiro	Fabian Figueiredo, Aveiro	Hugo Cardoso da Silva, Porto	João Morgado, Setúbal
Cláudio Alves, Lisboa	Fábio Filipe Varela Salgado, Leiria	Hugo Dias, Coimbra	João Oliveira, Braga
Cláudio Gaspar, Coimbra	Fábio Sequeira, Coimbra	Hugo Evangelista, Lisboa	João Paulo Amaral, Setúbal
Cláudio Pestana, Madeira	Fátima Marras, Setúbal	Hugo Ferreira, Coimbra	João Paulo Caio
Cláudio Rocha Moreira, Porto	Fátima Martins, Aveiro	Hugo Ferreira, Setúbal	João Paulo Monteiro, Braga
Cláudio Torres, Beja	Fátima Silva, Lisboa	Hugo Macedo, Braga	João Paulo Tomé, Coimbra
	Fernando Assis Pacheco, Viseu	Hugo Meireles, Aveiro	João Pedro Santos, Lisboa
	Fernando Cardoso, Açores	Hugo Rafael Mendes Luís, Leiria	João Queiroz, Porto
	Fernando Costa, Évora		João Ricardo Vasconcelos, Lisboa
			João Rodrigues, Coimbra

João Rodrigues, Coimbra	José Luis Pissarro, Lisboa	Luís Peres, Porto	Santarém
João Santo, Coimbra	José Magalhães Inácio, Porto	Luís Rente, Coimbra	Maria Isabel Peixoto
João Silva, Lisboa	José Manuel do Carmo, Faro	Luis Ribeiro, Braga	Gonçalves, Braga
João Vaz	José Manuel Reis, Coimbra	Luís Sá, Aveiro	Maria João Carvalho, Aveiro
Joaquim da Silva, Porto	José Miranda da Silva, Porto	Luís Santos, Braga	Maria João Macedo, Porto
Joaquim do Espírito Santos, Porto	José Neves Filipe, Santarém	Luis Sousa, Coimbra	Maria João Sequeira, Setúbal
Joaquim dos Santos Pinho, Felgueiras - Porto	José Paiva Faria, Braga	Luisa Penisga Gonzalez, Faro	Maria João Silva, Lisboa
Joaquim Machado, Coimbra	José Pedro Oliveira, Beja	Luísa Ribeiro, Porto	Maria José Cardoso, Portalegre
Joaquim Marinho da Silva, Coimbra	José Pereira, Braga	Luísa Teixeira, Setúbal	Maria José Espinheira, Porto
Joaquim Martins Coelho, Braga	Jose Ribeiro Gonçalves Cunha, Porto	Madalena Correia, Lisboa	Maria José Louro, Portalegre
Joaquim Piló, Setubal	José Ribeiro, Braga	Mafalda Félix, Setúbal	Maria José Vitorino, Lisboa
Joaquim Raminhos, Setúbal	José Rodrigues, Leiria	Manuel António Azenha Santos Pereira, Leiria	Maria Leonor Figueiredo, Porto
Joaquim Teixeira, Braga	José Santos, Lisboa	Manuel Bouça Anastácio, Braga	Maria Manuela Lourenço da Gama Franco Pereira, Leiria
Joaquim Viana, Porto	José Valente, Lisboa	Manuel Costa, Faro	Maria Manuela Pereira, Braga
Joel Alexandre Marques, Santarém	Josefina Batista, Setúbal	Manuel Graça, Aveiro	Maria Manuela Rodrigues, Porto
Joel Oliveira, Porto	Júlia Correia, Coimbra	Manuel Grilo, Lisboa	Maria Teresa Sales, Setúbal
Jorge Afonso, Aveiro	Laura Carreira, Lisboa	Manuel Maneira, Lisboa	Mariana Carneiro, Lisboa
Jorge Carneiro, Viseu	Laura Diogo, Coimbra	Manuel Martins, Beja	Mariana Mortágua, Lisboa
Jorge de Sousa, Porto	Leonardo Torres, Coimbra	Manuel Martins, Setubal	Mariana Nogueira, Lisboa
Jorge Gonçalves, Setúbal	Leonel Castro, Braga	Manuel Moreira da Silva, Porto	Mariana Santos, Lisboa
Jorge Lourenço, Porto	Leonor Teixeira da Silva, Porto	Manuel Reis, Setúbal	Marilisa Crespo, Évora
Jorge Magalhães, Porto	Lia Lucas, Coimbra	Manuel Rocha, Aveiro	Marina Castro Silveira, Santarém
Jorge Mateus, Coimbra	Lia Ribeiro, Santarém	Manuel Silvestre, Lisboa	Marine Ferreira Lopes, Leiria
Jorge Ramos, Faro	Lina Duarte, Santarém	Manuela Coelho Antunes, Viseu	Mário Bessa, Coimbra
Jorge Silva, Lisboa	Lino Fernando Domingos Romão, Leiria	Manuela Góis, Faro	Mário Correia, Lisboa
José António Diniz Pinto, Braga	Lúcia Arruda, Açores	Manuela Rodrigues, Coimbra	Mário da Costa, Braga
José António Porém, Lisboa	Lucinda Silva, Madeira	Marco Domingos, Santarém	Mário Luís Caneira Martins, Leiria
José Camarada Veia, Faro	Luís Batista, Açores	Marco Marques, Lisboa	Mário Moniz, Açores
José Carlos Cunha, Porto	Luís Branco, Lisboa	Marco Paulo Oliveira, Braga	Mário Tomé, Lisboa
José Carlos Lopes, Aveiro	Luís Carlos Brum, Açores	Maria da Conceição Anjos, Santarém	Marta Calejo, Porto
José Carlos Miranda, Setúbal	Luis Carlos Ferreira, Lisboa	Maria da Conceição Nogueira, Porto	Micael Marçal, Castelo Branco
José Carlos Santos, Braga	Luís Carlos Lopes Araújo, Porto	Maria da Graça Morais e Castro, Porto	Michael Barroso, Castelo Branco
José Carlos Tavares da Silva, Setúbal	Luís Costa, Lisboa	Maria da Graça Noronha Lima, Porto	Miguel Cardina, Coimbra
José Carlos Vasconcelos, Viseu	Luís Daniel Nunes Silva, Porto	Maria da Luz Louro, Portalegre	Miguel Dias, Coimbra
José Carrilho, Setúbal	Luís Eugénio Peres, Porto	Maria de Lourdes Cordeiro, Lisboa	Miguel Heleno, Porto
José Cascalho, Açores	Luís Filipe Caras Altas, Setúbal	Maria do Céu Martins S. Talaia Mota, Braga	Miguel Louro, Lisboa
José Castro, Porto	Luís Filipe Cunha, Porto	Maria do Rosário Amaral, Setúbal	Miguel Mesquita, Coimbra
José Coragem, Lisboa	Luís Filipe Pereira, Setúbal	Maria do Rosário Vaz, Setúbal	Miguel Paula, Lisboa
José David, Beja	Luís Gomes, Santarém	Maria Esmeralda Mateus, Porto	Miguel Pereira, Porto
José Dinis Pinto, Aveiro	Luis Jerónimo, Lisboa	Maria Fernanda Oliveira, Porto	Miguel Pinto, Lisboa
José Falcão, Lisboa	Luís Mariano Guimarães, Évora	Maria Gorete Carrinho,	Miguel Rodrigues, Beja
José Fernando Pinheiro, Braga	Luís Miguel Monteiro, Coimbra		Miguel Sacramento
José Franco, Lisboa	Luis Miguel Santos, Lisboa		Miguel Sacramento, Lisboa
José Gonçalo Colaço, Beja	Luis Moleiro, Faro		Mónica Cristina de Faria António, Leiria
José João Lucas, Coimbra	Luís Monteiro, Porto		Nádia Cantanhede, Lisboa
Jose Luis da Costa, Porto	Luis Peixoto, Braga		Natasha Nunes, Lisboa
José Luís de Sousa, Porto			

Natércia Coimbra, Coimbra	Porto	Rui Filipe, Faro	Sónia Isabel Pedro, Lisboa
Nelson Fraga, Açores	Pedro João Oliveira,	Rui Lourido, Lisboa	Susana Jimenez, Évora
Nelson Peralta, Aveiro	Santarém	Rui Maia, Lisboa	Susana Matos Carvalho,
Nino Alves, Lisboa	Pedro Martins, Porto	Rui Maio, Aveiro	Porto
Noémia Nunes, Lisboa	Pedro Mota, Faro	Rui Manuel Antunes, Braga	Telma de Jesus Laborinho
Noémia Pontes de Oliveira,	Pedro Oliveira, Setúbal	Rui Manuel Braga, Braga	Ferreira, Leiria
Porto	Pedro Pombeiro, Setúbal	Rui Manuel Nóvoa, Porto	Teresa Cunha, Coimbra
Nuno Miguel da Costa, Braga	Pedro Reis, Setúbal	Rui Marques, Lisboa	Teresa Ferraz, Lisboa
Nuno Moniz, Porto	Pedro Rodrigues, Aveiro	Rui Matoso, Lisboa	Teresa Figueiredo, Setúbal
Nuno Pinto, Faro	Pedro Saraiva, Lisboa	Rui Miguel T Fernandes,	Teresa Leitão, Lisboa
Nuno Serra, Coimbra	Pedro Sousa Antunes, Leiria	Braga	Tiago Almeida Ferreira, Leiria
Nuno Serrano, Aveiro	Pedro Tavares, Faro	Rui Nuno Silva Loureiro,	Tiago de Sá Peixe, Porto
Nuno Teles, Manchester	Pedro Teixeira, Lisboa	Braga	Tiago Escarameia Carvalho,
Nuno Viana, Faro	Rafael Mota, Coimbra	Rui Pernas, Portalegre	Portalegre
Odete Costa, Aveiro	Raquel Vidinha, Aveiro	Rui Rodrigues Apresentação,	Tiago Henriques, Braga
Óscar Xavier Fangueiro,	Raul Oliveira, Braga	Braga	Tiago Ivo Cruz, Lisboa
Porto	Renato Célio Silva, Braga	Rui Silva, Coimbra	Tiago Pinheiro, Setúbal
Patric Figueiredo, Aveiro	Ricardo Almeida, Braga	Rute Isabel Coelho, Lisboa	Tiago Silva Carvalho, Porto
Patrícia Cardoso, Viseu	Ricardo Caçoila, Setúbal	Rute Simão, Castelo Branco	Tiago Vicente, Lisboa
Patricia Kok, Coimbra	Ricardo Fonseca, Aveiro	Sandra Andrade, Porto	Tília Silva, Setúbal
Patricia Oliveira, Santarém	Ricardo Furtado, Açores	Sandra Guerreiro, Coimbra	Timóteo Macedo, Lisboa
Patrício Serendero, Faro	Ricardo Lafuente Monteiro,	Sandra Maciel, Braga	Valdemar Reis, Lisboa
Paula Cristina Vieira, Braga	Porto	Sandra Marina Caçoila,	Valentina Loução, Setúbal
Paulete Matos, Lisboa	Ricardo Leitão, Lisboa	Santarém	Valentino Alves, Aveiro
Paulo Coimbra, Lisboa	Ricardo Lima Salabert, Porto	Sandra Mestre da Cunha,	Valérie Branco, Coimbra
Paulo Costa, Braga	Ricardo Moreira, Lisboa	Setúbal	Vanessa Varandas e Silva,
Paulo Cristiano Marques,	Ricardo Nunes, Lisboa	Sandra Paiva, Lisboa	Leiria
Santarém	Ricardo Robles, Lisboa	Sandra Serpa, Açores	Vasco Dias, Lisboa
Paulo Cruz, Coimbra	Ricardo Sá Ferreira, Porto	Sandra Silvestre, Coimbra	Vera Pires, Açores
Paulo Figueiredo, Setúbal	Ricardo Sequeiros Coelho,	Sara Cura, Santarém	Victor Emanuel Alvura, Porto
Paulo Freitas, Leiria	Porto	Sara Ferreira Guerreiro,	Victor Manuel T Cunha,
Paulo Jorge Franco Mendes,	Ricardo Vicente, Lisboa	Lisboa	Braga
Leiria	Rita Gorgulho, Lisboa	Sara Schuh, Lisboa	Victor Parreira, Açores
Paulo José Gomes Ascenso,	Rita Martins, Lisboa	Sebastião Correia, Porto	Victor Valente, Aveiro
Leiria	Robert Martins, Aveiro	Sebastião Pernes, Faro	Vidal Marreiros, Faro
Paulo Mendes, Açores	Roberto Sousa, Leiria	Sérgio António Medeiros,	Virgílio Oliveira e Figueiredo
Paulo Mendes, Aveiro	Rodrigo Rivera, Lisboa	Porto	Pereira, Porto
Paulo Mendes, Lisboa	Rogério Barros, Viana do	Sérgio Cerqueira, Lisboa	Virgílio Rosando, Lisboa
Paulo Mendes, Santarém	Castelo	Sérgio Cunha, Aveiro	Virginia Matos, Aveiro
Paulo Nascimento, Beja	Rogério Miranda, Setúbal	Sérgio Guimarães, Lisboa	Vitor Antunes, Lisboa
Paulo Renato Cardoso	Rosa Cristina Gomes, Porto	Sérgio Marques Cunha,	Vitor Cabrita, Setúbal
Ricardo, Porto	Rosa Domingos, Lisboa	Braga	Vitor Cavalinhos, Setúbal
Paulo Ricardo	Rosa Maria Pereira, Lisboa	Sérgio Pires Miguel, Faro	Vitor Edmundo, Lisboa
Paulo Sanona, Açores	Rosa Pinto Viana, Braga	Silvana Paulino, Setúbal	Vitor Ferreira, Lisboa
Paulo Sousa, Lisboa	Rosa Vale, Aveiro	Silvestre Pereira, Porto	Vitor Franco, Lisboa
Paulo Teles de Lemos e Silva,	Rosalina Vitor, Lisboa	Sílvia Machado, Açores	Vitor Machado, Lisboa
Porto	Rosário Madruga, Lisboa	Simão Freitas, Braga	Vitor Malheiro, Braga
Paulo Vieira, Braga	Rosinda Beltrão, Lisboa	Simeão Quedas, Faro	Vitor Pires, Porto
Paulo Vieira, Lisboa	Rui Antunes	Sofia Alexandra Silva	Vítor Ruivo, Faro
Pedro Aguiar e Sousa, Porto	Rui Cortes, Vila Real	Passadouro, Leiria	Vitor Sarmento, Lisboa
Pedro Casaleiro, Coimbra	Rui Costa, Viseu	Sofia Roque, Lisboa	Vítor Solteiro, Aveiro
Pedro Choy, Santarém	Rui Estrela, Lisboa	Sofia Santos, Bruxelas	Vitor Tojeira, Leiria
Pedro Fidalgo Machado,	Rui Filipe Mendes, Porto	Sónia Araújo, Madeira	Zacarias Leiras, Braga